

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Adesão a curso contratado pela ABEPH (Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias), da qual a APPA é associada, com a temática: **Governança Corporativa nas Empresas Estatais à Luz da Lei 13.303/2016**, na modalidade EAD (ensino a distância) em plataforma digital, com carga horária total de 16h, direcionado aos membros dos Conselhos, da Diretoria Executiva e demais integrantes da Governança desta Autoridade Portuária, totalizando 30 (trinta) participantes.

2. OBJETIVO

2.1. O objetivo da Portos do Paraná, ao proporcionar a participação dos conselheiros, diretores e demais colaboradores no curso acima citado, é possibilitar o aprimoramento das competências relacionadas a aspectos técnicos e comportamentais, bem como apresentar boas práticas de governança de forma a agregar benefícios à gestão da organização, contribuindo para a criação de uma cultura de transparência, conformidade e governança.

2.2. Busca-se, com a participação na capacitação, que os participantes adquiram conhecimentos e experiências que servirão de base para que possam colaborar de maneira mais efetiva com o desempenho organizacional, apresentando as Melhores Práticas de Governança e os aspectos legais das funções de Conselheiros de Administração e Fiscal, bem como, discutir temas fundamentais para a atuação de Conselheiros e Diretores de Estatais.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal

3. PARTICIPANTES

Qtde	Nome	Cargo
1	MICHELLE DE CASSIA OPRINI AL NAIMI	Conselheira CAE
2	FRANCISCO VICENTE DE SOUZA	Conselheiro CAE
3	ROGERIO LUIZ PAGANELI	Conselheiro CAE
4	CARLOS EDUARDO MAKOUL GASPERIN	Conselheiro CONSAD
5	JOÃO PAULO DE CASTRO	Conselheiro CONSAD
6	ALEX SANDRO DE ÁVILA	Conselheiro CONSAD
7	JOSÉ AROLDI SOUZA MARTINS	Conselheiro CONSAD
8	LEANDRO PAZZETTO ARRUDA	Conselheiro CONSAD
9	GIOVANI DA SILVA FERREIRA	Conselheiro CONSAD
10	CARLOS EIDAM DE ASSIS	Conselheiro CONSAD
11	RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA	Conselheiro CONSAD
12	LUIZ NICACIO	Conselheiro CONFISC
13	MARCIO FERNANDO NUNES	Conselheiro CONFISC
14	LUIZ AUGUSTO SILVA	Conselheiro CONFISC
15	LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA	Diretor Presidente
16	GABRIEL PERDONSINI VIEIRA	Diretor de Operações
17	VICTOR YUGO KENGO	Diretor de Engenharia e Manutenção
18	MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS	Diretor Jurídico
19	FELIPE OZORIO MONTEIRO DA GAMA	Diretor de Desenvolvimento Empresarial
20	JOÃO PAULO RIBEIRO SANTANA	Diretor de Meio Ambiente
21	MARCOS ALFREDO BONOSKI	Diretor Administrativo e Financeiro
22	CEZAR TRAMUJAS NETO	Assessor de Conselhos Estatutários
23	EVERTON RENATO DE OLIVEIRA	Coordenador de Compliance
24	MIRELLA FERREIRA COSTA	Coordenadora de Ouvidoria
25	FABRÍCIO MONFORT BARBOZA	Coordenador de Controle Interno
26	GUILHERME SANTOS DO CARMO	Agente Portuário
27	NAIARA GALERIANI PIRASOL	Agente Portuária
28	MATHEUS RICARDO MASSUKI	Coordenador de Auditoria Interna
29	TAMARA MARTINS LEMOS	Agente Portuária
30	VINICIUS CORDEIRO	Agente Portuário

Obs: Os participantes foram indicados pela Superintendência de Governança, conforme e-mail anexo ao processo.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal

4. JUSTIFICATIVA

4.1. Compete à Administração prover programa de capacitação aos seus servidores e conselheiros, cujas atividades contemplem, além de outros aspectos, a formação e atualização necessária para desempenho de suas funções, sendo o curso, objeto desse Termo, direcionado aos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal, Comitê de Auditoria, Diretoria Executiva e demais gestores diretamente envolvidos na Governança Corporativa da Empresa;

4.2. Outro ponto importante é a crescente necessidade de fomentarmos a cultura de desenvolvimento contínuo na empresa, bem como direcionarmos nossas ações ao atingimento dos objetivos estratégicos relacionados às pessoas: Fomentar o desenvolvimento de aptidões e competências, gerar valor ao intelecto humano e promover acesso à alta qualificação;

4.3. Visa também, cumprir as seguintes determinações legais:

- Lei 13.303/2016, Art. 17, § 4º:

§ 4º Os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às atividades da empresa pública ou da sociedade de economia mista.

- Decreto 8945/2016, Capítulo II – Seção XII, Art.42, da Câmara dos Deputados:
Art. 42. Os administradores e Conselheiros Fiscais das empresas estatais, inclusive os representantes de empregados e minoritários, devem

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal

participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela empresa estatal sobre:

I - legislação societária e de mercado de capitais;

II - divulgação de informações;

III - controle interno;

IV - código de conduta;

V - Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ; e

VI - demais temas relacionados às atividades da empresa estatal.

Parágrafo único. É vedada a recondução do administrador ou do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela empresa nos últimos dois anos

5. DESCRIÇÃO DO OBJETO

5.1. Nome: Curso Governança Corporativa nas Empresas Estatais à Luz da Lei 13.303/2016;

5.2. Carga horária: 16h;

5.3. Data: 29 e 31 de outubro/5, 12 e 19 de novembro de 2024

5.4. Local: EAD (aulas on-line);

5.5. Organizadora: ABEPH em parceria com o IBGP;

5.6. Conteúdo programático do curso:

Governança Corporativa nas Empresas Estatais à luz da Lei 13.306/2016

Desafio da Governança;
Os desafios das estatais na Governança;
Estrutura de governança corporativa;
Princípios relacionadas aos Conselhos de Administração e Fiscais;
Controle interno e Gestão de Risco;
Código de conduta;
Divulgação de informações;
Legislação societária e mercado de capitais;
Lei 12.846 (Lei anticorrupção).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1.** Executar o curso de acordo com as condições estipuladas neste Termo de Referência, em comum acordo entre as partes e de acordo com o conteúdo constante em folder promocional e proposta comercial;
- 6.2.** Fornecer os certificados para todos os participantes;
- 6.3.** Prover os serviços ora contratados com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, bem como, o cumprimento de todo conteúdo programático;
- 6.4.** Não transferir para outrem, no todo ou em parte, suas atribuições;
- 6.5.** Guardar sigilo em relação às informações adquiridas em decorrência das atividades.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1.** Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA na forma, valores e prazos ora ajustados;
- 7.2.** Fornecer à CONTRATADA as informações e os elementos solicitados e que sejam necessários à consecução dos serviços ora contratados, responsabilizando-se pela sua tempestividade, autenticidade e correção;
- 7.3.** Expedir e entregar à CONTRATADA, sempre que requerido e no prazo máximo de 5 (cinco) dias do Recebimento Definitivo do objeto, Atestado de Capacidade Técnica que declare a prestação a contento dos serviços, suas características, prazo e outros elementos solicitados;
- 7.4.** A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados a execução do objeto, ou por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**.

8. PREÇO

- 8.1.** Investimento: **R\$ 28.512,00 (vinte e oito mil quinhentos e doze reais)**, sendo R\$ 950,40 por participante, conforme **Termo de Adesão** inserido nos anexos do processo.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal

9. SUSTENTABILIDADE

- 9.1.** A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto na Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG.
- 9.2.** Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental.
- 9.3.** A CONTRATADA deverá assumir as responsabilidades e tomar medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra qualquer passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.

10. FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1.** O pagamento será realizado, conforme Ordem de Serviço 054/2020 da APPA, após a devida certificação dos fiscais de contrato.

11. PARCELAMENTO

- 11.1.** O fracionamento em lotes do objeto deste Termo de Referência **não** é possível em razão das peculiaridades do objeto.

12. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

- 12.1.** O Regulamento de Licitações e Contratos da APPA, quanto à inexigibilidade de licitação, traz o seguinte:

“Art. 77 A contratação direta, por inexigibilidade, será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial nas hipóteses de:

(...)

II - Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

§1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”.

12.2. A ABEPH, à qual a APPA é associada, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília, DF. Foi fundada em 3 de março de 1958, constituída por pessoas jurídicas que realizam a exploração dos portos no Território Nacional, e por pessoas jurídicas e físicas - direta ou indiretamente - ligadas às atividades de estudo, construção, operação ou administração de portos, de instalações portuárias, de meios de transporte ou de usuários de portos.

12.3. Por ser associada à ABEPH, a APPA foi convidada a participar do presente curso que é uma parceria entre a ABEPH e o Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP);

12.4. O IBGP possui coordenação e corpo docente especializados, titulados e com experiência em treinamentos relacionados à Governança Pública

12.5. Há 10 anos no mercado, atua com o objetivo de aperfeiçoar a gestão pública no Brasil, fundamentada na transparência, eficiência e integridade;

12.6. Por isso, entende-se que o meio adequado de contratação do evento aqui tratado é a inexigibilidade de licitação, especificamente com base no art.77 do RILC da APPA;

12.7. Na sequência do protocolo, seguirão os documentos referentes à ABEPH.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. O objeto deste Termo de Referência admite a subcontratação em função de suas particularidades.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. Será admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação;
- Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- Haja anuência expressa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA a sua continuidade.

14.2. A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

15. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

15.1. O objeto a ser contratado **não** se classifica como de natureza comum, uma vez que seu escopo é singular e não há possibilidade de compará-lo com outras opções disponíveis no mercado.

16. CONTROLE DE EXECUÇÃO

16.1. A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA irá designar grupo de fiscais, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização do Contrato, nos aspectos legais e técnicos, objetivando o não prejuízo à APPA e seus colaboradores, em todos os aspectos pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Gerência de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A CONTRATADA que incorra em infrações sujeita-se às sanções previstas na Lei nº 13.303/16 e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA.

18. MATRIZ DE RISCO

18.1. Devido ao risco ser irrelevante ou inexistente, fica dispensada a matriz de risco, nos termos do parágrafo único do art. 146 do RILC da APPA.

Paranaguá, 18 de outubro de 2024

Henrique Gustavo Vieira Pires
CDESP
(Assinado eletronicamente)

Marlon Ferreira Lopes
GGPE
(Assinado eletronicamente)

COMUNICAÇÃO INTERNA 7979/2024.

Documento: **02TermodeReferenciaABEPH2024.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Henrique Gustavo Vieira Pires (XXX.759.859-XX)** em 18/10/2024 11:48.

Assinatura Simples realizada por: **Marlon Ferreira Lopes (XXX.121.669-XX)** em 18/10/2024 15:23 Local: APPA/GGPE.

Inserido ao documento **969.469** por: **Henrique Gustavo Vieira Pires** em: 18/10/2024 11:48.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

1b04d6047d422c94577425286c64d0a6.